Ata da 18º Reunião da Comissão de Exercício Profissional - CEP

**DATA:** 05/11/12 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 10h

**LOCAL:** Sede do CAU/RS **HORÁRIO DE TÉRMINO:** 13h

**1. Participantes:**

|  |  |
| --- | --- |
| Diretoria |  |
| Presidente | Roberto Py |
| Coordenador da CEP | Arq. e Urb. Carlos Eduardo Mesquita Pedone |
| **Conselheiros:** |
| Arq. e Urb. Clarissa Monteiro Berny |
| Arq. e Urb. Marcelo Petrucci Maia |
| Arq. e Urb. Rosana Oppitz |
| **Assessoria**: Arq. e Urb. Eduardo Bimbi e Arq. e Urb. Suzana Silva da Rosa |
| **Secretária:** Márcia Dorneles |

O Coordenador da Comissão Conselheiro Carlos Pedone iniciou a reunião indagando o Diretor Geral Arq. e Urb. Eduardo Bimbi sobre o Plano de Ação e os projetos desenvolvidos pela Comissão de Exercício Profissional, o mesmo informou que cada Comissão teve seu olhar sobre como fazer os projetos, e que no caso da Comissão de Exercício Profissional foram necessários agrupamentos e pequenas adequações, pois era imprescindível quantificar e mensurar alguns dados presentes no projeto, informa ainda que não tivemos retorno no CAU/BR.

Sobre a questão do concurso para arquitetos da Caixa Econômica Federal, o Arq. e Urb. Eduardo Bimbi informou a Comissão que a CEF não esta contratando arquitetos, pois possui dúvidas sobre as atribuições do profissional, e em razão disso estão contratando Engenheiros. Informou também que o CAU/RS recebeu ofício solicitando a intervenção neste caso. A Comissão entendeu que seja pertinenteencaminhar ofício ao CAU/BR questionando a situação.

Conselheira Rosana entende que tudo dependerá da aprovação da resolução nº 1010, que se encontra disponível no site do CONFEA.

Conselheiro Marcelo sugeriu que o mesmo documento enviado anteriormente para FAMURS seja encaminhado para Caixa Econômica Federal. Já o Arq. e Urb. Eduardo Bimbi aconselhoua adaptação do documento relacionando com os produtos da CEF.

Em relação a resolução nº 22 e 28, Conselheiro Marcelo fala sobre documento que fala que não é possível mover processo ético contra leigo.

Sugere tentar enviar pedido de sugestão ao CAU/BR pedindo alteração não para questões legais, mas morais, e que eles terão que ter resolução específica para cobrança de multa.

Pedone sugere realizar consulta ao CAU/BR sobre resolução que trata das multas e sobre cobrança das prefeituras.

Pedone informa a Comissão que presidente sugeriu montar os processos de denúncia um a um, sugeriu que montasse um joguinho com legislação do CNJ aprovada.

Rosana Lei nº 9.784 como os processos devem ser encaminhados, trata da formatação, nº 8.419 procura instituir e otimizar a parte física, guarda de documentos entendeu o CNJ que deva haver uma atualização.

Rosana informa que o CNJ já tem convênio com os Correios, OAB e os tribunais como conveniados, possui CD com todas as informações, além do programa para instalação, sugere baixar o programa e ver se podemos adotá-lo.

Rosana diz que o município de Novo Hamburgo informou que não irá fornecer cadastro das obras, pois isto teve um custo para a prefeitura.

Conselheiro Marcelo fala que com ampliação das atividades é necessário um servidor.

Conselheira Rosana sugere montar um projeto para apresentar a Comissão de Finanças e posteriormente a Plenária.

Rosana fala que qualquer documento tem que ter protocolo e resposta. Marcelo pergunta para Suzana porque o SICCAU não esta funcionando, Suzana fala que talvez o CAU/BR tenha outras prioridades.

Marcelo sugere que seja enviado documento ao CAU/BR perguntando sobre implantação do sistema de protocolo, se temos autonomia ou não para contratação de sistema e/ou empresa.

Conselheiro Pedone inicia leitura do relatório de denúncias ....

Rosana fala que não adianta ir fiscalizar e não ter protocolo para montar o processo.

Email para secretária do CAU/BR Sra. Ceci solicitando resposta formal com base na Lei nº 9.784, questionando qual o prazo para implantação do sistema de protocolo.

Denúncias....

Bimbi mostra a Comissão despacho sobre audiência marcada com o CREA sobre documentos que deverão ser entregues ao CAU/RS (incluir nos assuntos gerais)

Contato com CNJ sobre possibilidade de convênio, processo eletrônico, telefonar buscando informações, montar projeto para levar ao plenário e depois de aprovado oficiamos.

Conselheiro Marcelo preocupa-se com fiscalização do TCU, como justificar que não temos protocolo se a nossa função é de fiscalizar.

A Comissão entende que no momento que tiver resposta, devemos solicitar sistema para implantação de protocolo provisório.

A Comissão solicita cotação de sistema de protocolo provisório e máquina de etiqueta.

Marcelo apresenta a Comissão a situação das barcas que são utilizadas no transporte Porto Alegre – Guaíba, que devido a Copa do Mundo há um projeto de ampliação do número de barcas, porém não esta se levando em conta a acessibilidade e mobilidade no entorno da orla. Conselheira Rosana informa que a lei de acessibilidade é federal...

Conselheiro Sant’ana é convidado para participar da reunião. O coordenador Pedone apresenta questão dos processos e protocolos, considerando a Lei nº 9.784. Conselheira Rosana diz que cabe a Comissão de Atos Administrativos a confecção do manual, conselheiro Sant’ana sugere ofício para inclusão na pauta.

Informou que a Comissão tem muitas demandas, que estão tratando da questão de contratação dos fiscais, e que se sente preocupado pois na penúltima plenária foi falado que o Conselho teria função de fiscalizar e ao final disse que caberia a Comissão de Atos Administrativos a confecção do manual.

Conselheira Rosana sugere que Suzana e Maríndia que tem conhecimento de processos para criação de controle provisório de protocolo.

Rosana fala da Lei que diz que todo processo que tenha litígio siga o mesmo padrão. Conselheira Rosana fala ao Conselheiro Sant’ana sobre possível convênio com o CN sobre contratação e implantação de software e sistema para protocolo.

Memorando interno a Comissão de Atos Administrativos solicitando a demanda...

Conselheiro Marcelo irá verificar junto ao município de Guaíba se existe algum órgão que trate sobre a questão da acessibilidade.

Sant’ana entende que estamos muito presos ao CAU/BR

Marcelo preocupa-se em o CAU/RS achar que tem autonomia quando não tem, entende que o CAU/RS tem que organizar sua estrutura, pessoas, máquinas...

Sobre o recadastramento e coleta de dados biométricos, conselheira Rosana entende que o CAU/RS deva noticiar o agendamento de forma mais abrangente e intensiva.

Ao final a secretária entregou o relatório de atendimentos aos conselheiros e após a Comissão definiu a pauta e data para a próxima reunião.

**xx. Data da próxima Reunião:** Ficou acordada que a próxima reunião ocorrerá no dia 22/11/2012, quinta-feira, das 10h às 13h na Sede do CAU/RS.Não havendo mais assuntos pendentes, encerrou-se a reunião da Comissão de Exercício Profissional.